



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011983-25.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **MARINA RIBEIRO BAPTISTELLA**
 Requerido: **DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que ganhou do genitor um computador fabricado pela ré, o qual apresentou problema de funcionamento no teclado.

Alegou ainda que quando um técnico da ré foi repará-lo ele já havia revelado outro tipo de problema, não sanado em trinta dias.

Almeja à rescisão do contrato, à restituição do valor pago pelo produto e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a circunstância da autora ter ganho o produto como presente não lhe retira a possibilidade de figurar no polo ativo da relação processual, especialmente porque o recebeu do próprio genitor e a partir daí passou a utilizá-lo com exclusividade, estabelecendo com a ré mercê dos contatos mantido com ela liame que lhe confere legitimidade ativa ad causam.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, os fatos descritos a fl. 01 não foram negados específica e concretamente pela ré, como seria de rigor.

Ela se limitou a salientar que promoveu um reparo no produto e que a autora se recusou a encaminhá-lo a novo conserto posterior, mas em momento algum refutou a demora que lhe foi atribuída para enviar o código do sedex indispensável a tanto.

Como se não bastasse, sequer se pronunciou sobre o documento de fl. 04, isto é, relatório elaborado em 02/10/2015 por seu técnico que promoveu a troca do teclado do computador, mas que nessa mesma data detectou outro problema de funcionamento não reparado desde já.

A dinâmica fática descrita a fl. 01 deixa evidente que a ré não obedeceu ao trintídio para sanar os vícios do produto (a recusa da autora quanto ao novo encaminhamento sucedeu após o vencimento desse prazo), de sorte que é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Já no que concerne aos danos morais invocados pela autora, tenho-os como presentes.

A aquisição de um computador novo – sobretudo ao custo do aqui versado – cria natural expectativa de sua utilização por largo espaço de tempo, mas não foi isso o que se deu na espécie dos autos.

Antes mesmo de completar um mês da compra o produto já apresentou falhas de funcionamento que se foram repetindo com o passar do tempo sem que a ré resolvesse a situação.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) bastam para estabelecer a certeza de que a autora, como qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar, foi exposta a frustração de vulto que ultrapassou o simples aborrecimento da vida cotidiana.

A ré ao menos no caso presente não dispensou à autora o tratamento que lhe seria exigível e bem por isso haverá de ressarcir-la pelos danos morais que experimentou.

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios seguidos para tanto (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), não merecendo modificação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra e venda tratada nos autos, bem como para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 2.637,53, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2015 (época da compra), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue os pagamentos no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**